

Educação, ciência, tecnologia e inovação: a implantação do Centro de Desenvolvimento Regional (CDR) na região da Campanha

Cleber Cristiano Prodanov¹, Daiana de Leonço Monzon² e Tamires Becker³

Resumo

O presente artigo trata da implantação do Centro de Desenvolvimento Regional (CDR) na região da Campanha e de como a inteligência e expertise, dispersas nas universidades; nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFES); e institutos de ciência, tecnologia e inovação, foram consideradas neste processo para apoiar o desenvolvimento regional e local. O artigo também demonstra como houve a caracterização deste Centro e expõe um relato sobre a primeira oficina realizada para a sua implantação. Reúne, ainda, informações sobre as potencialidades do Rio Grande do Sul e da região escolhida para a instalação deste CDR.

Palavras-chave: CDR. Políticas públicas. Educação. Ciência e Tecnologia. Inovação.

Abstract

This article addresses the implementation of the Regional Development Center (RDC) in the Campanha region using the intelligence and expertise disseminated in universities, federal institutes and institutes of science, technology and innovation to support regional and local development. The article also demonstrates the characterization of the RDC and exposes an account of the first workshop performed for its implantation. Gathered, besides, the potential of Rio Grande do Sul and the region of installation of the Center.

Keywords: RDC. Public policies. Education. Science and technology. Innovation.

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular do Programa de Processos e Manifestações Culturais e pesquisador da Universidade Feevale, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale.

³ Mestre em Indústria Criativa pela Universidade Feevale.

1. Introdução

No início do século 20, havia uma importante discussão acadêmica sobre o desenvolvimento no Brasil, que argumentava em defesa da especialização do País como exportador de produtos primários, em detrimento dos produtos industrializados, como saída para o seu desenvolvimento. O texto intitulado *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*, de Raúl Prebisch, desenhava, inclusive, um panorama em que os países periféricos, incluindo os da América Latina, eram exportadores de produtos primários para os países industrializados (PREBISCH, 2000). Isto levaria a ganhos extraordinários para os países periféricos.

Mais tarde, essa concepção mostrou-se equivocada, pois se observou que o mundo consumia muito mais produtos industrializados (nos países centrais, na Europa e nos Estados Unidos) que primários, fazendo com que várias nações da América Latina não tivessem os ganhos aludidos com a teoria de Prebisch, entre as quais, o Brasil. Assim, as críticas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) propunham políticas de industrialização como forma de inserir esses países no plano internacional, ascendendo ao desenvolvimento.

O processo de industrialização e modernização, na América Latina e no Brasil, a partir dos anos 1930, 40 e 50, transformou esses países da condição de exportadores de produtos primários para industrializados. Todavia, os países centrais, outrora industrializados, transitaram para uma nova dimensão, sendo a divisão internacional do trabalho, alcançando a condição de países produtores de conhecimento e inovação.

Assim, conforme Fonseca (2009), a nova divisão internacional do trabalho, que apareceu após a 2ª Guerra Mundial, eliminou de vez a velha dicotomia entre países periféricos agrários e países centrais industriais, já que determinados países latino-americanos passaram então a acostumar-se com o acelerado crescimento industrial, sem, entretanto, romper com o “subdesenvolvimento”.

Nessa ordem das coisas, as possibilidades de desenvolvimento, em uma perspectiva posta por Sen (2000), como a ampliação das capacidades humanas de viver mais, de ser mais educado, de ter uma vida digna e de participar mais da vida em comunidade, passam necessariamente pela produção do conhecimento científico e tecnológico neste início de século 21. Contudo, o que possibilita a inserção dos países ditos em desenvolvimento no plano internacional e, conseqüentemente, a inclusão de parcelas significativas de sua população nos processos produtivos locais e internacionais, levando à melhoria dos indicadores sociais e econômicos, é, sobretudo, o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Desde o pós-guerra, vem se pontuando que a produtividade e a competitividade dos agentes econômicos dependem da capacidade de absorver a informação e, posteriormente, transformá-la em conhecimento. Uma grande e crescente extensão da força de trabalho está envolvida na produção e distribuição de informações e de conhecimentos e não mais na fabricação de bens materiais, o que gera reflexos no crescimento relativo do setor de serviços frente ao industrial. Nessa perspectiva, assinala-se para uma tendência de crescimento da importância dos recursos intangíveis na economia, especialmente da educação, da capacitação da força de trabalho e do conhecimento adquirido com investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação (LEMOS, 2009).

Diante de tais circunstâncias, é importante salientar que, analisando o ensino superior na América Latina, o Brasil é um caso especial, pois, apesar da demora no surgimento das instituições universitárias, após este advento, o País passou a contar também com cursos profissionalizantes, escolas de pós-graduação e programas de pesquisa de alta qualidade (SCHWARTZMAN, 2006).

A Educação Superior no Brasil é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9394, de 1996, e busca cumprir as suas finalidades prevendo as seguintes formações (níveis) e programas: cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência; de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio; de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros; bem como de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Em outros países da América Latina, as universidades surgiram a partir do século 16, ao passo que no Brasil só surgiram mais tarde, nos anos 1930 e 1940. Dessa forma, o ensino superior no Brasil ficou por muito tempo imune ao movimento da reforma universitária que teve início em Córdoba, na Argentina, em 1918, e alcançou diversos países da região – Argentina, Peru, Uruguai, Venezuela, México –, produzindo, ainda, não só uma combinação peculiar de autonomia e politização da universidade, mas, além disso, a construção de padrões acadêmicos que deixaram a desejar (SCHWARTZMAN, 2006).

Apesar de o ensino superior ter surgido tardiamente no Brasil, a pós-graduação *stricto sensu* vem crescendo desde a década de 70 e está, nos dias de hoje, ligada ao desenvolvimento do sistema de ciência e de tecnologia do País e ao forte papel do Estado nas políticas públicas.

Cabe ainda destacar que, conforme Severino (2006), a qualificação de grande parte do quadro de profissionais nas áreas de pesquisa, gestão e ensino, bem como a identificação dos problemas que vêm de diversos espaços da nossa realidade são resultado da contribuição da pós-graduação.

Sem nenhuma dúvida, a pós-graduação transformou-se, no País, em um estímulo para os pesquisadores, contribuindo com a consolidação do quadro de profissionais capacitados para todos os setores da vida nacional (SEVERINO, 2006, p. 51).

Pode-se afirmar, ainda, que um dos mais adequados segmentos do sistema educacional brasileiro, sob o discernimento do nível de qualificação alcançado, é a pós-graduação e, com ela, está havendo uma contribuição significativa para a construção de uma imagem da realidade nacional, graças à sistemática e à institucionalizada prática científica de investigação, a qual, ao mesmo tempo, forma novas gerações de pesquisadores (SEVERINO, 2006).

Outro ponto que deve ser destacado é a promoção da integração de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação com as Ciências Sociais e Humanas, buscando, assim, a disseminação de um papel social relevante para a formação cidadã, que é função primária das universidades, as quais não devem “[...] apenas formar profissionais qualificados e inovadores, mas também cidadãos comprometidos com a sociedade em que vivem” (RUIZ, 2015, p. 2).

Para Wanderley (1999), entretanto, a universidade possui outras finalidades que nada mais são do que formar profissionais para diversas carreiras de base intelectual, científica e técnica. De acordo com a Unesco (2008), o ensino superior é uma força motriz para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos Estados e da sociedade. Ele é encarado como um fator endógeno para a ampliação de capacidades e para fomentar os direitos humanos, a solidariedade intelectual internacional, o desenvolvimento sustentável, a democracia, a paz e a justiça.

Dessa forma, um dos papéis desempenhados pelas instituições de ensino superior, como centros de pesquisa, de ensino e de debate intelectual, é a inserção de estudantes em diversas profissões, assim como o desenvolvimento de um papel imprescindível na produção e na popularização do conhecimento e de responsabilidades na sociedade. Nessa perspectiva, os acadêmicos são dotados pelas universidades com oportunidades, habilidades e capacidades que lhes permitam se adaptarem às cobranças das sociedades do conhecimento, dentro da perspectiva da rápida evolução tecnológica (UNESCO, 2008). Em outras palavras, acredita-se que “[...] a universidade é parte de um contexto global inclusivo que determina e que, dependendo de seu funcionamento e sentido, pode colaborar na manutenção ou na transformação da sociedade” (WANDERLEY, 1999, p. 76).

Após essa contextualização, é importante ressaltar que o desenvolvimento é apontado na literatura como um processo de transformação das estruturas econômicas e sociais. Conforme Sen (2000) o desenvolvimento deve estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida dos

indivíduos e com o fortalecimento de suas liberdades. Ou seja, nele, a qualidade de vida das populações; o acesso aos serviços básicos e a infraestruturas variadas; e a melhoria nos níveis de renda são aprimorados ao longo do tempo.

A análise que Sen (2000) fez acerca do desenvolvimento pondera espacialmente para a expansão da capacidade das pessoas de levar o estilo de vida que elas valorizam. Além disso, aponta que a política pública pode ampliar a capacidade da sociedade.

“Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo.” (MARQUES, 2010, p. 121).

Outra forma de ampliação dessas capacidades é por meio da atuação dos atores locais, o que permite o desenvolvimento de uma região e o aumento da qualidade de vida de uma comunidade (DORION, 2002). O desenvolvimento local é uma estratégia orientada para a ação que valoriza os potenciais regionais, conta com os atores locais e a dinâmica que os motiva, estimula as iniciativas comerciais ou não, interpretando e tirando vantagem das políticas governamentais (PRÉVOST, 2003). Mas, a parte mais expressiva da mudança nas condições de reprodução material da sociedade reside na competência de inovar, ou seja, na capacidade de agregar permanentemente valor aos bens e serviços produzidos.

As inovações, com seus múltiplos matizes que decorrem da natureza concreta dos processos e produtos sobre os quais incidem, constituem o elemento principal desse impressionante ritmo de transformação da economia e sociedade dos últimos séculos. Elas representam o elemento motor vital da dinâmica de desenvolvimento de países, regiões, cidades e localidades.

Como afirma Mazzuccato (2014), nessa dinâmica, é necessário compreender a relevância dos papéis do setor público e do setor privado. Isso exige o entendimento do valor do ecossistema de inovação, bem como a contribuição de cada ator para esse sistema. Os pesquisadores do sistema de inovação têm papel central na trajetória das inovações. Usam sua criatividade para incorporar novas ideias e reestruturar as atividades sociais de produção e prestação de serviços. Nesse ecossistema da pesquisa, a universidade representa fator chave na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos e, portanto, de inovações relevantes.

Segundo Wanderley (1999), a universidade tem se cristalizado como um dos principais protagonistas do desenvolvimento, por meio da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão. Wanderley destaca, ainda, que essa instituição serve para a manutenção do sistema dominante,

mas também para a transformação social. Para cumprir suas finalidades, deve ter uma autonomia ampliada, garantindo a diversificação de ideias e a liberdade de pensamento. Em determinados países, a universidade desempenha papel importante na formulação da política científica e tecnológica e, do mesmo modo, na investigação de teorias que corroboram o desenvolvimento e o provimento de subsídios para sua implementação e execução.

É nas universidades e nos institutos de pesquisa de excelência que estão depositadas as frações mais expressivas dos conhecimentos e das experiências úteis para o deslanche e a consolidação das inovações. Nessas instituições, tende a se concentrar grande parte das competências da base técnico-científica brasileira. Um contingente que pode ser mobilizado a curto prazo para apoiar a definição de estratégias de desenvolvimento regional e local mais ousadas e consistentes.

Levando em consideração toda a contextualização exposta, o objetivo do presente artigo é apresentar o processo de implantação do Centro de Desenvolvimento Regional (CDR) na região da Campanha, descrevendo, assim, os municípios que formam esse Centro, bem como seus atores relevantes e instituições que o compõem. O artigo também destaca as principais ações na região, a experiência da primeira oficina e os alvos de desenvolvimento regional.

2. Caracterização do Centro de Desenvolvimento Regional (CDR)

A proposta de programa nacional elaborada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), por demanda do Ministério da Educação (MEC), sob a condução da Secretaria de Ensino Superior (SESU), pretende desenhar uma estratégia de ação que parte da ideia de criação de Centros de Desenvolvimento Regional (CDR). A iniciativa tem o objetivo de promover espaços privilegiados de discussão e validação de agendas de desenvolvimento, elaboradas como produto das articulações entre MEC e SESU e os atores sociais relevantes. Os CDR ajudam a articular os atores locais e regionais de forma harmônica e sustentável, com uma sólida parceria com as instituições de ciência e tecnologia (ICT), visando: ao aumento da competitividade e sustentabilidade das estruturas sociais e econômicas regionais; à melhor apropriação social dos esforços de formação de recursos humanos e de resultados das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); e à melhoria de qualidade de vida das respectivas populações.

A ideia central é utilizar a inteligência e expertise dispersas nas universidades; nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia; e nos institutos de ciência, tecnologia e inovação para apoiar o desenvolvimento regional e local. A iniciativa tem, ainda, por finalidades: dotar

essas instituições de centros aparelhados para desenvolver estudos e projetos voltados a animar processos de discussão e decisão sobre agendas estratégicas de desenvolvimento regional/local; apoiar as prefeituras e a rede de atores regionais/locais na condução de projetos estratégicos que possam alavancar a competitividade das estruturas produtivas regionais; e ampliar a agregação de valor aos produtos e serviços locais, tendo como ferramenta a educação, a ciência e a tecnologia.

Busca-se, da mesma forma, identificar o padrão de assimetrias regionais apresentado pelas diferentes áreas de conhecimento das universidades, dos institutos federais e/ou outras instituições de ensino e pesquisa brasileiras, além do potencial de formação de programas de pós-graduação em rede ou em redes de pesquisa e transferência de tecnologia, em áreas estratégicas, associando regiões ou instituições de ensino superior consolidadas e emergentes.

Os CDR também buscam: i) promover a participação dos segmentos da sociedade regional organizada no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de promoção do desenvolvimento, transformando a educação, a ciência, a tecnologia e a inovação em esteios empreendedores; e ii) identificar o potencial de formação de recursos humanos e de realização de projetos estratégicos que objetivem a reversão de indicadores socioeconômicos desfavoráveis e/ou o desenvolvimento regional.

Fica evidente, assim, que a competência dos CDR vai desde elaborar projetos estratégicos que possam alavancar a competitividade das estruturas produtivas regionais e ampliar a agregação de valor aos produtos e serviços locais, transformando a realidade local, por meio de uma economia inteligente, sustentável e inclusiva, até manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, por meio da mobilização dos atores locais e regionais.

Também são consideradas competências do Centro traçar mecanismos de atuação e trabalhar na busca de sustentabilidade própria, assim como de suas atividades, além de construir as agendas necessárias para o desenvolvimento, a execução e o acompanhamento, de forma sistemática, dos projetos estratégicos previstos para região.

As articulações para a implantação do CDR na região da Campanha foram iniciadas em junho de 2017, quando o reitor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Marco Antonio Fontoura Hansen, e a reitora da Universidade da Região da Campanha (Urcamp) e presidente do Conselho Regional do Desenvolvimento (Corede Campanha), Lia Maria Herzer Quintana, participaram do seminário internacional *Rumo ao Desenvolvimento Sustentável: dos marcos globais às agendas regionais*, evento realizado na cidade de Campina Grande, na Paraíba. Durante a atividade, foi abordada a concepção de um programa de implantação de Centros de Desenvolvimento

Regional em universidades e instituições de ciência e tecnologia do País. Ainda no seminário, foram definidas as cidades do Brasil que receberiam o projeto.

A iniciativa prevê contemplar, inicialmente, apenas quatro cidades do Brasil, sendo: Bagé, no Rio Grande do Sul; Brasília, Distrito Federal; Campina Grande, na Paraíba; e Itapeva, em São Paulo.

Em relação ao CDR Campanha, sua implantação congrega esforços da Urcamp, da Unipampa, do Corede Campanha, do CGEE e do MEC. Esse projeto visa à elaboração de uma agenda de iniciativas que envolva instituições da base técnico-científica no interesse do desenvolvimento das suas regiões.

Bagé será a primeira cidade do Estado do Rio Grande do Sul a receber um Centro de Desenvolvimento Regional (CDR). Os municípios que formam esse CDR são Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul. Cabe destacar que o Fórum do CDR é composto por profissionais e autoridades da academia e da sociedade civil, incluindo representantes de órgãos, associações e conselhos.

3. As potencialidades do Rio Grande do Sul e as articulações propostas

A proposta do CDR da região da Campanha é formar um programa até o fim de 2018, a partir das atividades que estão sendo elaboradas nos projetos-pilotos. Para tanto, foram realizadas, entre fevereiro e outubro de 2017, por videoconferência ou presenciais, oito reuniões de articulação entre a coordenação do CDR, os atores regionais e o interlocutor, tendo em vista o alvo de habilitar o funcionamento inicial dos CDR em cada uma das regiões piloto, especialmente em Bagé (RS).

As duas primeiras reuniões tiveram como objetivo a discussão sobre o projeto *Participação das universidades e instituições públicas de ensino e pesquisa no desenvolvimento regional sustentável – Projeto CDR – MEC/CGEE*. Ao longo desses encontros, foram apresentadas algumas políticas públicas do governo do Estado do Rio Grande do Sul, como descrito a seguir, que poderiam contribuir para a construção dessa iniciativa:

- Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (Foprop/RS): estudo realizado pela entidade referente ao Potencial de Formação de Redes para Reduzir Assimetrias e Promover o Desenvolvimento Regional e a Distribuição das Mesorregiões pelo Brasil.

- Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS (Coredes): são entendidos como fóruns regionais de discussão sobre estratégias, políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional, constituídos como pessoas jurídicas de direito privado, organizados sob a forma de associações civis sem fins lucrativos.
- Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (APL): são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo; associações empresariais; e instituições de crédito, ensino e pesquisa.
- Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos: é uma experiência de política pública para a transferência de tecnologia das universidades para a sociedade. Constituído desde 1989, tem sido uma poderosa ferramenta de desenvolvimento local e regional, impactando especialmente no investimento em ciência e tecnologia, nas mais diversas regiões do Rio Grande do Sul.

Na terceira reunião, em Brasília (DF) foi realizada a Oficina de Lançamento do projeto que teve como focos centrais a mobilização e a articulação das instituições envolvidas na construção da proposta do programa nacional, cujo alvo é o papel a ser desempenhado pelas universidades e instituições públicas de ensino e pesquisa no desenvolvimento regional sustentável.

A terceira reunião permitiu, ainda, um intercâmbio de informações, expectativas e desafios, à luz de uma reflexão conjunta sobre o papel estrutural das ICT no desenvolvimento regional. Ao longo dessas discussões, foram levantados alguns questionamentos, expostos na Tabela 1, que seriam tratados durante o seminário internacional *Rumo ao Desenvolvimento Sustentável: dos marcos globais às agendas regionais*.

A agenda do quarto encontro teve como propósito organizar a programação e execução do seminário e o quinto encontro, por sua vez, correspondeu à realização propriamente dita seminário internacional *Rumo ao Desenvolvimento Sustentável: dos marcos globais às agendas regionais*. O evento foi estruturado em dois módulos, conectados pela temática do desenvolvimento sustentável.

Tabela 1. Questionamentos para o seminário internacional

Questionamentos para o <i>Seminário Internacional Rumo ao desenvolvimento sustentável: dos marcos globais às agendas regionais</i>
• Ausência de descentralização de política decisória;
• Falta de conexão entre as políticas públicas;
• Descontinuidade das políticas públicas;
• Falta de densidade das políticas;
• Falta de projetos estratégicos regionais de desenvolvimento econômico, social e tecnológico;
• Falta de uma presença regional;
• Crise de envolvimento dos atores do desenvolvimento;
• Desarticulação com os setores privados;
• Fragilidade das redes formadas; e
• Sustentabilidade.

O primeiro módulo partiu das análises e propostas contidas no documento *Horizontes 2030: a Igualdade no Centro do Desenvolvimento Sustentável*⁴, conteúdo este apresentado pela Cepal em seu 36^a Período de Sessões, na Cidade do México, em maio de 2016. Assim, a primeira mesa de debates do seminário foi fundamentada nessas abordagens do referido documento, que reúne uma ampla gama de problemas nas esferas ambiental, tecnológica, social e econômica. A segunda mesa tratou do debate das interfaces e implicações dessas análises e propostas para o caso brasileiro.

O segundo módulo do seminário foi centrado na discussão dos problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável, desde uma perspectiva regional, em conexão com as propostas do documento do projeto CGEE/MEC *Participação das Universidades e Instituições Públicas de Ensino e Pesquisa no Desenvolvimento Regional Sustentável*. Em especial, as discussões absorveram os elementos de análise que emergem dos planos global e nacional, tratados no módulo anterior, e tiveram como base o projeto de apoio à constituição de Centros de Desenvolvimento Regional nas universidades; nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia; e/ou em outras instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

4 Disponível em: www.cepal.org

Durante o segundo módulo, no painel *A CTI no centro da mudança sociotécnica para o desenvolvimento regional*, foi exibido um vídeo intitulado *RS: políticas públicas para a transferência de tecnologia das universidades para a sociedade*, trazendo informações sobre as ações do Estado do Rio Grande do Sul nesse sentido e apresentando considerações importantes para responder a pergunta: *Essa ampla gama de estruturas e de políticas públicas regionais produziu o impacto desejado?*

No sexto e no sétimo encontros, foram promovidas reuniões entre representantes dos poderes Executivo e Legislativo, em âmbito federal, além de integrantes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para discutir a criação de centros de desenvolvimento regional nas instituições de ensino superior.

Por fim, no oitavo encontro, em Bagé (RS), foi discutido o conteúdo propositivo para a 1.^a Oficina de Implementação do CDR.

Considera-se que, nessa etapa, foi possível conhecer e aprimorar o Projeto CDR – MEC/CGEE e realizar a articulação entre este Centro, o ministério, os atores locais, especialmente de Bagé, e os demais parceiros da carteira de apoio a essa iniciativa. Essas atividades de construção do projeto e de articulação regional e nacional vão permitir levar adiante a proposta de implantação dos projetos-pilotos e priorizar a construção de planos estruturantes locais focados em ferramentas de educação, ciência, tecnologia e inovação.

4. Primeira Oficina de Implementação do CDR

A metodologia para a instauração e início das atividades dos CDR compreende três etapas básicas: (1) Articulação e mobilização de atores; (2) Definição dos alvos do desenvolvimento regional; e (3) Elaboração da agenda.

A etapa *Articulação e mobilização dos atores* referente ao CDR da região da Campanha tem três pontos que merecem destaque. O primeiro é que os organizadores obtiveram êxito na realização das tarefas inicialmente propostas, ou seja, reuniões de articulação entre a coordenação do CDR, os atores regionais e o interlocutor, cumprindo o prazo estabelecido para a execução dessas agendas. Ao longo de oito meses, foram realizadas oito encontros de alinhamento e construção

do projeto para implementação do CDR em Bagé/ RS. O segundo ponto de destaque é a quantidade considerável de troca de experiências entre as cidades que receberão os projetos-piloto: Bagé, no Rio Grande do Sul; Brasília, Distrito Federal; Campina Grande, na Paraíba; e Itapeva, em São Paulo, podendo-se observar as diferentes políticas públicas praticadas em cada uma dessas localidades, de modo a construir um projeto em conjunto. Em terceiro lugar, é importante destacar a articulação e a mobilização dos atores realizadas pela equipe técnica local provisória do CDR/Bagé, com o intuito de concretizar a formação do Fórum do CDR. O quarto ponto é a qualidade dos resultados obtidos, sobretudo o valioso conteúdo propositivo para a 1.^a Oficina de Implementação do CDR.

Ainda no que diz respeito à metodologia para a instauração e início das atividades do CDR, para a *Definição dos alvos de desenvolvimento regional*, o *Guia para o lançamento das experiências-piloto de centros de desenvolvimento regional* recomenda a realização de oficinas temáticas, nos intuitos de unir os atores, aproximar as instituições de ensino superior da realidade regional e avançar na composição dos alvos da agenda propositiva do Centro.

A instalação do CDR representa um processo de aprendizagem mútua e, com o método utilizado na oficina, espera-se que a realização dessas atividades, no âmbito deste Centro, suscite questionamentos, discussões e reflexões acerca dos conceitos e conhecimentos disponíveis, proporcionando um ambiente de estímulo à construção de entendimentos convergentes.

Assim, a 1.^a Oficina de Implementação do CDR foi realizada no dia 7 de novembro de 2017, nos turnos da manhã e tarde, no salão de atos do campus central da Urcamp. Participaram do encontro, além de representantes da universidade sede e da Unipampa - uma das parceiras do projeto -, prefeitos da região, membros de Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes), de instituições e órgãos regionais e demais atores locais.

A mesa de abertura contou com exposições do diretor do CGEE, Antonio Carlos Filgueira Galvão; do pró-reitor de Inovação da Universidade Feevale e interlocutor local de Bagé, Cleber Cristiano Prodanov; do reitor da Unipampa, Marco Antonio Fontoura Hansen; da reitora da Urcamp e presidente do Corede Campanha, Lia Maria Herzer Quintana; do prefeito de Dom Pedrito, Mário Augusto de Freire Gonçalves; do secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação de Bagé, Bayard Paschoa Pereira, representando o prefeito daquele município, Divaldo Lara; e do vice-prefeito de Candiota, Gil Deison Pereira.



Imagem 1. Mesa de abertura da 1.ª Oficina de Implementação do CDR.

Foto: Tiago Rolim de Moura para Jornal Minuano.

Durante a abertura oficial do evento, Antonio Galvão frisou que a oficina tinha como objetivo discutir estratégias, a partir de diretrizes, para, então, construir a segunda capacitação e trabalhar uma carteira de iniciativas elaboradas, começando pela definição das prioridades. Após a fala do diretor do CGEE, foi destacado que a introdução do centro será importante para o desenvolvimento da região. O CDR deve se conectar, dialogar, estimular a interlocução e a união com o Corede para demandar boas propostas alternativas.

Marco Hansen reforçou a necessidade de união de forças e de promoção de um diálogo que aborde pontos temáticos para a realização de um trabalho que busque beneficiar as áreas que demandam desenvolvimento. Além disso, destacou que, para conseguir alavancar o desenvolvimento, o CDR deve contar com a qualificação de recursos humanos e a colaboração da comunidade, de modo, ainda, a alcançar o objetivo de servir de modelo a toda a região.

Por sua vez, Lia Quintana ressaltou que o CDR é de todos e que, embora ainda não haja soluções, essas podem ser apontadas, por meio de projetos alternativos. Ela também ratificou a necessidade de construção de um ecossistema voltado ao desenvolvimento local e regional.

O prefeito de Dom Pedrito, Mário Augusto Gonçalves, fez um relato sobre o potencial dos municípios da região e a matriz produtiva. Ele também falou sobre as dificuldades da gestão, apontando que o seu mandato está mais próximo das pessoas, por meio da discussão e do planejamento de soluções. “Não vou parar de acreditar no desenvolvimento. Juntos, de mãos dadas, com técnicos que nos acompanham, avançaremos”, disse.

Já o vice-prefeito de Candiota, Gil Deison Pereira, avaliou que a região deve crescer muito com a implantação do CDR, falou sobre a satisfação de acompanhar essa instalação e destacou o apoio do município a essa iniciativa. Ele lembrou que a cidade tem contribuição no eixo de desenvolvimento, reforçando a necessidade de união e integração regional nesse projeto.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação de Bagé, Bayard Pereira, acrescentou que o Centro de Desenvolvimento Regional é uma nova oportunidade que possibilita novos desafios e traz benefícios para a região.

Em síntese, os integrantes da mesa de abertura manifestaram apoio e colocaram as entidades que representam a serviço do CDR, ratificando a importância de a região da Campanha desenvolver uma governança cooperativa em prol de projetos locais de desenvolvimento que utilizem ferramentas de ciência, tecnologia e inovação.

Após a mesa de abertura, o diretor do CGEE, Antonio Galvão, apresentou a metodologia da oficina, destacando que o primeiro momento teve por objetivo firmar entendimentos sobre o projeto e sua relação com a questão regional e o desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, ele apresentou o resultado das suas análises de dados e as informações de cada região, representadas em mapas de conhecimento e análises de indicadores socioeconômicos, entre outras fontes.

Por fim, o vídeo *RS: políticas públicas para a transferência de tecnologia das universidades para a sociedade* também foi exibido nesta oficina para subsidiar novamente as respostas à pergunta: *Essa ampla gama de estruturas e de políticas públicas regionais produziu o impacto desejado?*

Na programação vespertina da oficina, os participantes foram convidados a responder, em grupo, a uma consulta dirigida que envolveu questões sobre desenvolvimento regional sustentável.

Finalizada esta etapa, os grupos trabalharam qualitativamente com os conceitos apresentados, considerando as respostas estimuladas em exercício coletivo, além de categorizar os seus resultados e identificar alvos prioritários para o desenvolvimento regional.

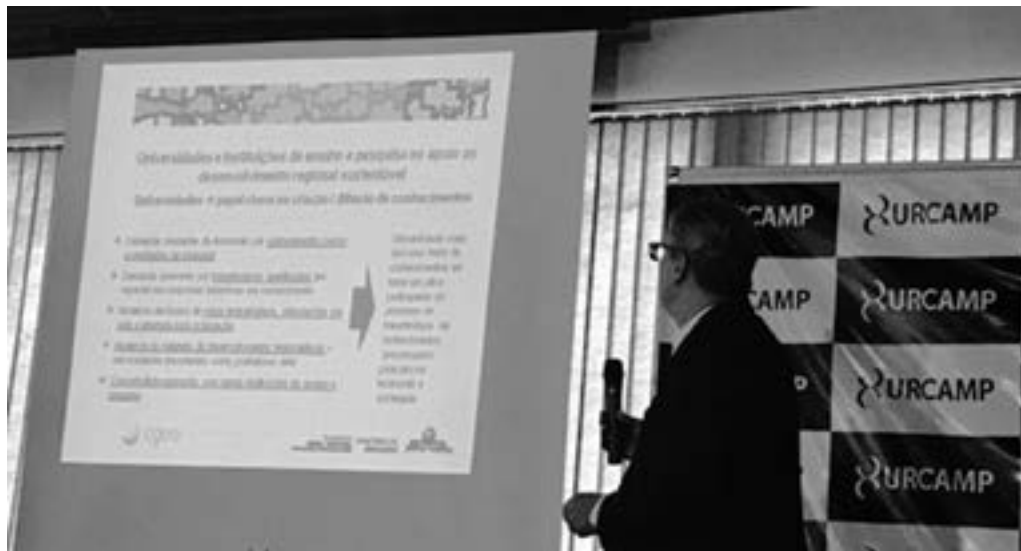


Imagem 2. Exposição do diretor do CGEE, Antonio Galvão, durante a 1.ª Oficina de Implementação do CDR

Foto: Cleber Prodanov

O trabalho realizado em grupo teve como moderador o diretor do CGEE, Antônio Galvão, que dividiu os participantes em três equipes, encaminhando para cada uma delas as perguntas básicas listadas a seguir:

1. Quais são os pontos FORTES da sua região?
2. Quais são os pontos FRACOS da sua região?
3. O que as instituições de ensino e os centros de pesquisa podem fazer para melhorar desenvolvimento da região?
4. Que objetivos prioritários são mais significativos para melhorar a qualidade de vida da população e acelerar o desenvolvimento da região, ou seja, quais são os alvos prioritários?

Após as discussões, os relatores dos grupos apresentaram aos demais participantes da oficina os resultados do debate, a fim de elencar os alvos prioritários de desenvolvimento regional que nortearão a realização de projetos, atendendo às diretrizes que foram apontadas por cada equipe.

Entre os eixos debatidos, os grupos listaram como potencialidades a produção primária, a educação e a energia. Já em relação ao papel das instituições, os grupos entenderam que é possível realizar formações empreendedoras e com olhar para questões regionais, além de estimular a execução de projetos de extensão, a iniciação científica, além de outros pontos estratégicos que poderão beneficiar regionalmente a comunidade.



Imagem 3. Sistematização dos resultados.

Foto: Tiago Rolim de Moura para Jornal Minuano.

Nas tabelas a seguir, são expostos os resumos finais das discussões de cada grupo participante da 1.^a Oficina de Implementação do CDR.

Tabela 2. Resumo final das questões e respostas do Grupo 1.

Grupo 1	
Questões	Respostas
Quais são os pontos FORTES da sua região?	<ul style="list-style-type: none"> • Energia; • Educação; • Produção Agropecuária.
Quais são os pontos FRACOS da sua região?	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência ou insuficiência de apoio para a agricultura familiar – pequenas propriedades; • Ausência de ativos e estruturas empreendedoras; • Posição geográfica – distância de grandes centros/ consumidores.
O que as instituições de ensino e os centros de pesquisa podem fazer para melhorar desenvolvimento da região?	<ul style="list-style-type: none"> • Formação empreendedora mais técnica; • Ambientes de inovação; • Implantação de áreas portadoras do futuro; • Formação de mestres e doutores no conjunto das universidades, com olhar para as questões regionais.
Que objetivos prioritários são mais significativos para melhorar a qualidade de vida da população e acelerar o desenvolvimento da região, ou seja, quais são os alvos prioritários?	<ul style="list-style-type: none"> • Formação e capacitação profissional da sociedade: Técnicos Agrícolas; Gestores de Turismo; • Fomentar o Empreendedorismo; • Agregar valor aos produtos locais; • Implantar políticas de rede /Cooperativas nas áreas regionais.

Tabela 3. Resumo final das questões e respostas do Grupo 2.

Grupo 2	
Questões	Respostas
Quais são os pontos FORTES da sua região?	<ul style="list-style-type: none"> • Matriz energética - polo carboquímico (embora necessite de exploração de novos potenciais - energia limpa); • Polo educacional; • Matriz diversificada no setor de produção primária.
Quais são os pontos FRACOS da sua região?	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um diagnóstico que aponte as carências de recursos humanos necessários à região; • Falta de estrutura para o desenvolvimento turístico da região; • A grande distância da região com relação à capital, impactando na falta de modais de transporte e circulação de bens e serviços.

Grupo 2	
Questões	Respostas
O que as instituições de ensino e os centros de pesquisa podem fazer para melhorar desenvolvimento da região?	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar cursos de formação técnica e tecnólogos de nível superior que atendam o diagnóstico das necessidades de formação de recursos humanos regionais; • Implantação de um centro de referência em agravos crônicos em saúde e meio ambiente monitor; • Implementação de programas de extensão e imersão que auxiliem na qualificação de cadeias produtivas e empreendimentos regionais.
Que objetivos prioritários são mais significativos para melhorar a qualidade de vida da população e acelerar o desenvolvimento da região, ou seja, quais são os alvos prioritários?	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer as diretrizes e os objetivos de desenvolvimento sustentáveis - oferecer banco de dados de boas práticas. Agenda global até 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU); • Ampliar o suporte das instituições de educação superior em cursos de formação e consultorias, em consonância com as demandas regionais; • Desenvolver/consolidar centros de saúde e pesquisa que incluam meio ambiente (saneamento e resíduos) e saúde coletiva.

Tabela 4. Resumo final das questões e respostas do Grupo 3.

Grupo 3	
Questões	Respostas
Quais são os pontos FORTES da sua região?	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento entre as instituições e as necessidades do mercado de trabalho; • Existência de um complexo grupo de formação de mão de obra; • Produtos primários de qualidade e matrizes produtivas diversas; • Importante potencial turístico (aspectos históricos e ambientais); • A apropriação de informações durante todo e para além do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PED).
Quais são os pontos FRACOS da sua região?	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de sistema energético confiável capaz de suportar a demanda das agroindústrias; • Ausência de um sistema confiável de acesso às mídias (comunicação, internet); • Carência de infraestrutura e logística (transporte, mobilidade, aviões, trem); • Ausência de um Plano de Mobilidade Urbana (não há ou está só no plano); • Baixa apropriação de tecnologias na região (técnicas de manejo no campo) nos seus sistemas produtivos. Carência de institutos de ponta de agropecuária.

Grupo 3	
Questões	Respostas
O que as instituições de ensino e os centros de pesquisa podem fazer para melhorar desenvolvimento da região?	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciação científica no âmbito do Ensino Superior (interação entre pesquisa e extensão); • Melhorar a interlocução, apropriar-se do diagnóstico da região, incorporar tecnologias; • Produzir conhecimento, numa linguagem acessível, em benefício da nossa sociedade, popularizando a ciência; • Buscar, de forma colaborativa, por meio de editais, recursos para o desenvolvimento regional.
Que objetivos prioritários são mais significativos para melhorar a qualidade de vida da população e acelerar o desenvolvimento da região, ou seja, quais são os alvos prioritários?	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a infraestrutura de ambientes de ciência e tecnologia, com vistas a atender os sistemas produtivos sustentáveis, com ênfase no conhecimento do bioma Pampa; • Ampliar as condições de formação acadêmica/profissional, desde a educação básica até a pós-graduação (bolsas de iniciação científica...); • Investigar as possibilidades de ampliação das condições de infraestrutura regional (energia, estradas vicinais, pontes, comunicação, monitoramento abigeato).

Além disso, cabe destacar que os alvos prioritários de desenvolvimento regional estabelecidos em comum pelos grupos, na primeira oficina, foram: Agro familiar; Turismo; Energias limpas.

5. Conclusão

Após a sistematização dos resultados da oficina, ficou ressaltado que o próximo passo será a sociedade pensar nos itens destacados pelos grupos para definir os alvos prioritários de desenvolvimento regional, a fim de discutir os projetos. Os resultados apontaram, ainda, que uma 2ª oficina será realizada para formar o conjunto de iniciativas de propostas.

Ao término desse artigo, alguns pontos merecem destaque. O primeiro resultou da realização da 1.ª Oficina de Implementação do CDR no município de Bagé, quando foram definidos os pontos fortes e fracos da região da Campanha e quais as prioridades mais significativas para acelerar o desenvolvimento regional. Durante essa atividade, foi discutido, ainda, como as instituições de ensino e centros de pesquisa podem contribuir para esse contexto social.

O segundo ponto de destaque é a proposta direcionada aos atores locais para que pensem nos resultados apresentados pelos grupos, com o objetivo de definir os alvos prioritários de desenvolvimento regional, de modo a orientar as discussões dos projetos durante a 2.ª Oficina

de Implementação do CDR. A proposta busca dar visibilidade e reforçar o comprometimento dos atores e da equipe técnica local provisória do CDR/Bagé, além de concretizar a formação do Fórum do CDR.

Em terceiro lugar, é importante ressaltar a qualidade dos resultados obtidos, sobretudo o valioso conteúdo construído no evento que servirá como base para a 2.^a Oficina de Implementação do CDR. O quarto ponto diz respeito à cobertura de imprensa realizada pelos meios de comunicação local, evidenciando a inclusão da comunidade nos projetos desenvolvidos na região.

Considera-se que, nessa etapa, foi possível discutir algumas questões, bem como determinar quais serão os próximos passos para a implantação do Projeto CDR – MEC/CGEE, a saber: (1) organização da 2.^a Oficina de Implementação do CDR; (2) definição dos alvos e discussão dos projetos.

Além disso, houve um exercício de governança, discussão acerca de projetos e acordo sobre as necessidades regionais. Ao final dessa 1.^a Oficina de Implementação do CDR, o sentimento generalizado dos participantes foi de que a região necessita de projetos científicos e tecnológicos como motores do seu desenvolvimento sustentável e diversificando.

A partir desses apontamentos e alvos prioritários de desenvolvimento regional elencados, inicia-se a articulação da 2.^a Oficina de Implementação do CDR, que deverá apontar com mais assertividade os projetos a serem desenvolvidos.

Referências

DORION, E. Les stakeholders de l'entrepreneurship au Québec, un source de données à la base d'une réflexion holistique en matière d'aide aux entrepreneurs. In: CONGRÈS INTERNATIONAL FRANCOPHONE SUR LA PME, 6., Montreal, 2002. *Annales...* 2002.

DRUMM, E.C. (Org.). **Plano estratégico de desenvolvimento da região da Campanha – 2015-2030**. Bagé: Ediurcamp, 2017.

FONSECA, P.C.D. **O processo de substituição de importações**. LCTE: 2009.

LEMOS, C. Inovação na era do conhecimento. **Parcerias estratégicas**, v. 5, n. 8, p. 157-180, 2009.

MARQUES, G.R.G. Analisando o desenvolvimento: a perspectiva de Amartya Sen. **Revista Urutaguá-academia multidisciplinar-DCS/UEM**, n. 22, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/11500/6316>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

MAZZUCATO, M. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

PREBISCH, R. *et al.* O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. 2, p. 69-136, 2000.

PRÉVOST, P. La communication d'influence: le «reseautage» ou le lobbying local, **Revue Savoir**, Juin 2003.

RUIZ, S.M. de A. Pedagogia inovativa: criação da prática colaborativa no ensino superior. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 4. **Anais...** 2015. Disponível em: <<http://www.singep.org.br/4singep/resultado/732.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

SCHWARTZMAN, S. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 20, n.56, p. 161-189, 2006.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, SP: Companhia de Letras, 2000.

SEVERINO, A.J. A avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil. In: FERREIRA, N.S.C. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação**: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Líber Livro, 2006. p. 51-74.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **Educação de qualidade, equidade e desenvolvimento sustentável**: uma concepção holística inspirada nas quatro conferências mundiais sobre educação organizadas pela UNESCO em 2008-2009. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 21 de dez. 2017.

WANDERLEY, L.E.W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.